



BLOCO



ABRIL 2010 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.esquerda.net

ATÉ QUANDO VAMOS LEVAR PANCADA?



UM PAÍS DESIGUAL

Portugal é o segundo país da União Europeia com maior desigualdade entre ricos e pobres, um pouco atrás da Letónia.

Portugal é um dos países europeus onde é maior a diferença entre os salários mais altos e os mais baixos. Em 2008, os salários recebidos pelos 20% mais ricos foram mais de seis vezes superiores aos dos 20% mais pobres.

O aumento da precariedade em Portugal também é confirmado pelos estudos comparativos internacionais. Três em cada quatro patrões portugueses utilizaram trabalhadores temporários, a recibo verde ou com contrato a prazo. Isto coloca o país no segundo lugar entre 30 países europeus no que respeita ao recurso a recibos verdes e no sétimo maior utilizador de contratos a prazo.



> AFGANISTÃO

PARA A GUERRA NÃO HÁ CRISE



O Afeganistão tornou-se a guerra do novo presidente norte-americano, Barak Obama. A ocupação do país arrasta-se sem fim. Os Estados Unidos não assumem o desaire militar nem desistem do controlo de uma região estratégica. Em 2010, Obama terá o maior orçamento militar da história dos EUA, um país que gasta tanto em armas como o resto do mundo somado. Mas tudo corre mal. Cada vez mais soldados perdem a vida no Afeganistão. Multiplicam-se os países aliados que abandonam o terreno

ou anunciam a partida. No Afeganistão, a revolta contra os ocupantes não pára de crescer, alimentada pelos massacres aéreos que se sucedem e pelos abusos de militares e mercenários.

O MENINO BONITO DA NATO

O governo português foi o que decidiu um maior aumento do seu contingente no Afeganistão. Só em 2009, Portugal gastou numa guerra por combustível quase quinze vezes o valor da ajuda prestada ao Haiti depois do terramoto.

Por outro lado, enquanto corta na saúde e na educação, o governo do PS aumenta 16% os gastos militares.

À conta dos sacrifícios de um país em dificuldades, o governo Sócrates quer mostrar serviço aos dirigentes da NATO que em Novembro se vão reunir em Portugal. Nessa altura, caberá aos portugueses lembrar os crimes dos senhores da guerra. E trazer de novo ao debate uma questão essencial: que estamos a fazer numa organização agressiva e imperial como é a NATO?

> PEC 2010-2013 Programa de estabilidade e crescimento

MEDIDAS IMEDIATAS PARA UMA ECONOMIA DECENTE

As propostas do Bloco são o corte no desperdício e a justiça fiscal, que tornam o Estado mais responsável e capaz de investimentos e despesas sociais contra a recessão.

O governo apresentou em Março o seu Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que estará em vigor até 2013. O Bloco de Esquerda apresentou um documento com as suas alternativas, que são aqui resumidas. As opções de Sócrates não são a única política possível. São a política errada.

O Bloco demonstra que é possível cortar muito mais na despesa, para reduzir o défice já em 2010 e promo-ver a criação de emprego. Essas medidas de corte no desperdício e justiça fiscal tornam o Estado mais responsável e mais fiável. Com mais capacidade de investimento e de gasto social para responder à recessão.

HÁ OUTRA RESPOSTA

COMBATE AO DESPERDÍCIO

JUSTIÇA FISCAL

INVESTIMENTO NO EMPREGO

PEC AGRAVA AS DIFICULDADES



Segundo o governo, em 4 anos, o PEC reduz o desemprego em apenas 25 mil pessoas. Por outras palavras, o actual record histórico do desemprego torna-se permanente.

RESPOSTA DO BLOCO

Investimento público na reabilitação de casas desocupadas e degradadas. Recuperar 200 mil casas e alterar o mercado de habitação. Cria 60 mil postos de trabalho.

REDUZIR SALÁRIOS PIORA A CRISE



Durante os próximos 3 anos não haverá aumentos. A redução de salários no Estado é uma medida cega que atinge muitos trabalhadores com salários médios e baixos e que pressiona para a redução salarial também no sector privado. Salários mais baixos são menor procura e mais recessão.

RESPOSTA DO BLOCO

Aumento igual para todos os funcionários que recebam menos de mil euros. A regra de uma contratação por cada três saídas é estúpida: por exemplo na Saúde, aumenta os custos de subcontratação e degrada os serviços.

CORTES SOCIAIS SÃO MAIS POBREZA



O governo quer reduzir apoios sociais e o subsídio ao longo do período do desemprego, apesar de cerca de metade dos desempregados não receber hoje qualquer apoio.

RESPOSTA DO BLOCO

O acesso ao subsídio de desemprego deve ser mais amplo. A redução das comparticipações em medicamentos e apoios escolares não é forma de controlar os gastos públicos.

O BLOCO QUER

:: Reduzir o défice já este ano em valores muito superiores aos previstos pelo governo

:: Uma política de recuperação para a criação de emprego

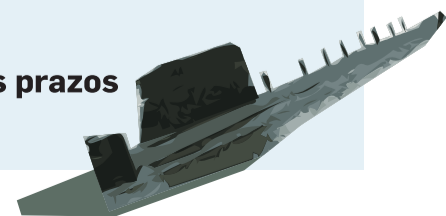
DESPESAS MILITARES SÃO ABSURDAS



São vários os contratos estabelecidos que implicam gastos extraordinários. é o caso dos submarinos encomendados por Paulo Portas quando era ministro da Defesa. Mas os preços foram aumentados em função de contrapartidas de 3 mil milhões de euros. E essas contrapartidas nunca foram concretizadas.

RESPOSTA DO BLOCO

O Estado deve renegociar os valores e os prazos dos contratos milionários da Defesa.



> PEC 2010-2013 Programa de estabilidade e crescimento

PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS UM ERRO QUE SAIRÁ CARO

O programa de privatizações do governo reduz a presença pública nos transportes, anula-a na energia, reduz a capacidade da CGD retirando-lhe os seguros Fidelidade, vende os CTT e outros bens estratégicos. Este é o programa que o PS escondeu nas eleições.

O resultado é desastroso: o que o Estado deixa de pagar em juros da sua dívida, equivale ao que ainda no ano passado recebeu em dividendos da EDP e receitas dos CTT.

Uma boa política económica não dá os anéis e os dedos: a privatização das empresas estratégicas lucrativas implica maior dívida e mais impostos no futuro.

Estas privatizações são também socialmente prejudiciais, porque os

CTT organizam uma rede de serviços fundamentais e o acesso mínimo dos cidadãos de todo o território ao serviço de comunicações.

A privatização dos Correios é uma ameaça contra o interior. Assim, as privatizações garantem uma renda a empresas que não investem na economia privada. Degradam o serviço público e a democracia. Devem ser recusadas.



PRIVATIZAÇÕES A GRANEL

Energia: Galp Energia, EDP, REN e Hidro-eléctrica de Cahora Bassa.

Construção naval e Defesa: estaleiros navais de Viana de Castelo, a Edisoft, a Eid e a Empordef IT.

Transporte aéreo: ANA (gestão de aeroportos) e TAP.

Ferroviário: CP e EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário).

Sector financeiro: BPN, seguros Fidelidade (grupo Caixa), CTT e INAPA (distribuição de papel), Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (minas)

TRIBUTAR A BOLSA EM 2010



A primeira medida proposta pelo governo é a tributação das mais-valias bolsistas, mas só no próximo ano. Ora, em 2009 a Bolsa portuguesa valorizou-se 30% e quem disso beneficiou com títulos durante pelo menos um ano fica isento de qualquer imposto.

RESPOSTA DO BLOCO

Tributar desde já as mais-valias bolsistas a 20%.

JUSTIÇA NOS BENEFÍCIOS FISCAIS



O governo limita-se a criar um limite à acumulação de benefícios fiscais. Essa regra, aumentando os impostos para quem ganha pouco mais de 600 euros/mês, não muda nada na injustiça nos benefícios.

RESPOSTA DO BLOCO

Anular os benefícios fiscais injustificados e que provoquem mais despesa, como o pagamento de seguros privados de saúde, salvo nos benefícios indispensáveis em saúde, educação ou para portadores de deficiência.

COMBATER A EVASÃO FISCAL

O governo mantém o banquete fiscal dos mais ricos. Mesmo com a introdução de uma taxa de IRS de 45% para quem declara mais 150 mil euros anuais. É que a questão fundamental é o combate à evasão gigantesca em IRC e IRS, com as transferências para offshores - que não pagam imposto. Sobre isso, o governo nada faz.

RESPOSTAS DO BLOCO

- Uma taxa de 25% sobre todas as transferências para offshores, a partir do registo obrigatório de todos os movimentos de capitais para o estrangeiro.
- Mínimo obrigatório de IRC para os bancos, que têm pago cerca de metade da taxa legal de IRC aproveitando isenções e benefícios.
- Tributação a 50% em IRS de prémios extraordinários de gestores e administradores.



> SAÚDE

BLOCO DEFENDE SNS
E DIGNIDADE
DOS ENFERMEIROS

O Orçamento para a saúde vai diminuir em 2010. Quando começar a faltar o dinheiro haverá doentes sem tratamento. Por outro lado, vai continuar a precarização e instabilidade dos profissionais.

O Bloco de Esquerda denunciou contratações desnecessárias e que não cumpriam as regras de transparência da administração pública, que se verificam, por exemplo, no INEM. A luta dos enfermeiros é inteiramente justa. Estes profissionais devem ser pagos como todos os outros licenciados e não há nenhuma razão para que constituam uma excepção.

Hoje, reina a precariedade e o desprezo pelas carreiras profissionais. Isso verifica-se não apenas nos enfermeiros mas também com outros corpos profissionais. Por outro lado, no SNS abundam os contratados a empresas privadas, alguns com remunerações superiores às dos profissionais do próprio SNS. São funções iguais com salários diferentes e condições de trabalho diferentes, que prejudicam a coesão e o trabalho em equipa.



> PRESIDENCIAIS

BLOCO APOIA
MANUEL ALEGRE

Já no início de 2009, quando reuniu a sua Convenção Nacional, o Bloco de Esquerda se pronunciou pela necessidade de "uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda". Decidiu então prosseguir o diálogo com quem se opôs ao Código do Trabalho, à degradação de Saúde e outros serviços públicos, na defesa dos professores e na recusa de privatizações. Tratou-se de todas as grandes questões que convocaram a democracia contra as orientações liberais que conduzem à crise social.

Essa convergência expressou-se em

plataformas de debate e posições comuns. Essa convergência reforçou a luta política da esquerda, a resposta à crise social e económica. Uma candidatura presidencial de convergência deve estender essa luta no contexto da sua responsabilidade própria, que é a de uma candidatura suprapartidária situada na mobilização contra a desigualdade e a injustiça.

Essa mobilização é decisiva: dado que esta eleição presidencial pode decidir-se à primeira volta com a recandidatura de Cavaco Silva. A Mesa Nacional do Bloco aprovou o apoio a Manuel Alegre.

DE VIVA VOZ

"Não há constrangimentos de Bruxelas que justifiquem a privatização da REN e dos CTT" 13 Março

"Com os três por cento do défice, querer acabar com o Estado social, com os serviços públicos, reduzir os salários, manter a precariedade, desregular as relações sociais, isso pode produzir resultados catastróficos". 9 Março
"A liberdade de imprensa é uma conquista que deve ser protegida, consolidada e acarinhada, com abertura, tolerância, respeito pela diferença e intransigência perante qualquer tentativa de abuso, condicionamento ou controlo da comunicação social".

19 Fevereiro

"Dizer Pátria como quem diz República. Uma República com liberdades e garantias individuais, mas com direitos sociais inseparáveis dos direitos políticos. Uma República que rime com Escola Pública, Serviço Nacional de Saúde, protecção social, direitos ambientais e culturais. Uma República que seja sinónimo de democracia política, democracia económica e democracia social". 31 Janeiro

"Combater o endividamento não significa cortar o investimento público, nem abdicar do papel do Estado no estímulo ao crescimento económico e no combate ao desemprego".

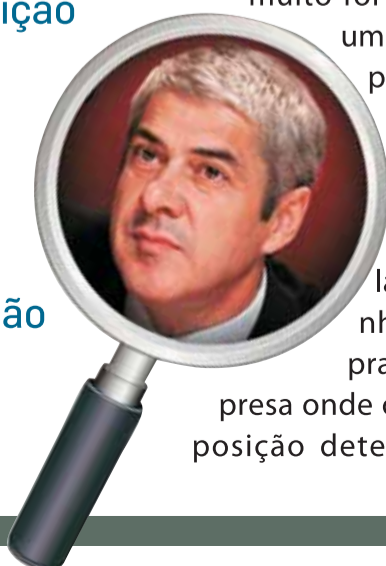
31 Janeiro

"É preciso atacar o que se passou com a banca. Se não há dinheiro para a segurança social como há para salvar o BPN?" 8 Janeiro

> LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

UM INQUÉRITO PARA APURAR FACTOS

O Bloco de Esquerda propôs a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, para esclarecer a intervenção do governo em relação à TVI.



Um juiz considerou haver "indícios muito fortes da existência de um plano" envolvendo o primeiro-ministro, para controlar a estação de televisão TVI. José Sócrates foi confrontado no Parlamento sobre se conhecia ou não a compra da TVI pela PT, empresa onde o Estado detém uma posição determinante. Sócrates

negou, mentindo ao Parlamento, corrigindo-se mais tarde, dizendo que não tinha tido "conhecimento oficial".

Os tribunais superiores fecharam estas investigações. O Bloco de Esquerda não pretende a reabertura do processo judicial. O que o Bloco exige é mais importante, porque tem a ver com a forma como o governo tem de actuar perante todos os órgãos de comunicação social. O que importa saber é se o governo

actuou de forma ilegítima para, comprando uma estação de televisão por via da PT, condicionar a sua informação.

Ao contrário das audições realizadas na comissão parlamentar de ética, uma comissão de inquérito não depende apenas dos depoimentos e dos testemunhos, há também documentação, pesquisa de informação, outros instrumentos para o apuramento da verdade.